Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

INSTITUTO
POLITÉCNICO
DO CÁVADO
E DO AVE

REPÚBLICA PORTUGUESA | CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
PORTUGAL 2030
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE

# Aviso de Abertura do Concurso para Atribuição de Bolsas de Investigação para Doutoramento

O/A Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), abre concurso para atribuição de 1 (uma) bolsa de investigação (tipologia de bolsa: mista), adiante designada por Bolsas de Investigação para Doutoramento, na área da Gestão, Contabilidade, Fiscalidade, ao abrigo do Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT (RBI) e do Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI).

A bolsa será financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) ao abrigo do Protocolo de Colaboração entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o Instituto Politécnico de Leiria (IPL) e o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), tendo em vista o financiamento de bolsas de investigação para doutoramento no âmbito da *Regional University Network – European University* (RUN-EU), nas áreas da indústria do futuro, o desenvolvimento sustentável, o ambiente e alterações climáticas, o envelhecimento da população e a inclusão social, entre outras prioridades do consórcio.

## 1. APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA

O concurso está aberto entre 24 de maio de 2023 e as 23h 59 m (hora de Lisboa) de 7 de junho de 2023.

As candidaturas e os documentos de suporte à candidatura previstos no presente Aviso de Abertura de Concurso devem ser submetidos, obrigatoriamente, por correio eletrónico enviado/submetido para geral_cicf@ipca.pt. No assunto do e-mail é obrigatório colocar a referência da bolsa a que se candidata, nomeadamente "**CICFRUN_1**". Caso não seja indicado a referência da bolsa no assunto do e-mail, o candidato será automaticamente excluído do procedimento.

Cada candidato poderá submeter apenas uma candidatura, sob pena de cancelamento de todas as candidaturas submetidas.

A prestação de falsas declarações ou a realização de atos de plágio por parte dos candidatos é motivo para cancelamento da candidatura sem prejuízo da adoção de outras medidas de natureza sancionatória.

## 2. TIPO E DURAÇÃO DAS BOLSAS

As bolsas de investigação para doutoramento destinam-se a financiar a realização, pelo bolseiro, de atividades de investigação conducentes à obtenção do grau académico de doutor na Technological University of Shannon (TUS) na Irlanda.

As atividades de investigação conducentes à obtenção do grau académico de doutor decorrerão no Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) - IPCA, a qual será a instituição de acolhimento dos bolseiros, sem prejuízo dos trabalhos poderem ser realizados em colaboração entre mais do que uma instituição.

As atividades de investigação conducentes à obtenção do grau académico de doutor dos bolseiros selecionados devem estar enquadradas no plano de atividades e estratégia do CICF, e devem ser desenvolvidas no âmbito dos programas de doutoramento da *Technological University of Shannon* (TUS).

O plano de trabalhos decorre de forma parcial numa instituição nacional (bolsa mista).

A duração das bolsas é, em regra, anual, renovável até ao máximo de quatro anos (48 meses), não podendo ser concedida bolsa por um período inferior a 3 meses consecutivos.

No caso de bolsa mista, o período do plano de trabalhos que decorra numa instituição estrangeira não pode ser superior a 24 meses.

## 3. DESTINATÁRIOS DAS BOLSAS

As Bolsas de Investigação para Doutoramento destinam-se a candidatos inscritos ou a candidatos que satisfaçam as condições necessárias para se inscreverem nos programas de doutoramento da TUS e que pretendam desenvolver atividades de investigação conducentes à obtenção do grau académico de doutor no CICF, ou em instituições de acolhimento a ela associadas.

## 4. ADMISSIBILIDADE

### 4.1 Requisitos de Admissibilidade do Candidato

Podem candidatar-se ao presente concurso:

- Cidadãos nacionais ou cidadãos de outros Estados membros da União Europeia;
- Cidadãos de Estados terceiros;
- Apátridas;
- Cidadãos beneficiários do estatuto de refugiado político.

Para concorrer a Bolsa de Investigação para Doutoramento é necessário:

- Ser licenciado ou mestre nas áreas da Gestão, Contabilidade, Fiscalidade ou em áreas consideradas afins.
- Residir de forma permanente e habitual em Portugal à data de início do período do plano de trabalhos no estrangeiro, caso o plano de trabalhos proposto para a bolsa inclua um período em instituições estrangeiras (bolsas mistas), requisito aplicável tanto a cidadãos nacionais como a cidadãos estrangeiros.
- Não ter beneficiado de uma bolsa de doutoramento ou de doutoramento em

empresasdiretamente financiadas pela FCT, independentemente da sua duração.

- Não ser detentor do grau de Doutor.

**4.2 Requisitos de Admissibilidade da Candidatura**

É indispensável, sob pena de não admissão ao Concurso, anexar à candidatura os seguintes documentos:

- Elementos do bilhete de identidade/cartão de cidadão/passaporte;
- *Curriculum vitae* do candidato;
- Certificados de habilitação dos graus académicos detidos, especificando obrigatoriamente a classificação final e, se possível, as classificações obtidas em todas as disciplinas realizadas, ou, em alternativa, declaração de honra do candidato em como concluiu o grau de licenciado ou mestre atéao final do prazo de candidatura;
- Registo de reconhecimento dos graus académicos atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras e registo da conversão da respetiva classificação final para a escala de classificação portuguesa, ou, em alternativa, declaração de honra do candidato em como obteve o reconhecimento do grau estrangeiro equivalente ao de licenciado ou mestre com efeitos ao final doprazo de candidatura;
- Carta de motivação;
- 1 (uma) Carta de Recomendação;
- Redigir a candidatura e todos os documentos a ela associados, incluindo as cartas de motivação erecomendação, em língua portuguesa ou em língua inglesa.

- Indicar no assunto do e-mail a referência da bolsa a que se candidata, nomeadamente "CICFRUN_1". Caso o candidato não indique a referência da bolsa, será automaticamente excluído do procedimento.

Relativamente aos requisitos de admissibilidade acima mencionados faz-se notar o seguinte:

- No caso de graus académicos atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras, e por forma a garantir a aplicação do princípio da igualdade de tratamento a candidatos que detêm graus académicos estrangeiros e nacionais, é obrigatório o reconhecimento desses graus e a conversão darespetiva classificação final para a escala de classificação portuguesa.

  O reconhecimento de graus académicos e diplomas estrangeiros bem como a conversão da classificação final para a escala de classificação portuguesa pode ser requerido em qualquer instituição de ensino superior pública, ou na Direção-Geral do Ensino Superior (DGES, apenas para o caso do reconhecimento automático). Relativamente a esta matéria, sugere-se a consulta do portal da DGES através do seguinte endereço: http://www.dges.gov.pt.

- Só serão admitidos candidatos que tenham concluído o ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado ou mestre até ao final do prazo de candidatura. Caso ainda não disponham da certidão de conclusão de curso, será aceite declaração de honra dos candidatos em como concluíram as habilitações necessárias para efeitos do concurso até

ao final do prazo de candidatura. A concessãoda bolsa está condicionada à apresentação, em fase de contratualização, dos comprovativos da titularidade das habilitações académicas.

## 5. PLANOS DE TRABALHO E ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA DAS BOLSAS

O objetivo deste programa de investigação é duplo: inicialmente, pretende-se analisar, num contexto europeu, a incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na estratégia de sustentabilidade das empresas, as contribuições das empresas para a Agenda 2030 e a sua divulgação em relatórios não financeiros. Em segundo lugar, pretende-se analisar se estas estratégias de divulgação são determinadas por características internas, bem como pelo contexto institucional em que as empresas operam, associadas aos quadros regulamentares e aos valores culturais de diferentes países (isomorfismos miméticos, coercivos e normativos).

O plano de trabalho será orientado pela Professora Doutora Sónia Maria da Silva Monteiro do CICF da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Professor Doutora Verónica Paula Lima Ribeiro do CICF da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, e pelo Professor Doutor Shane O' Sulivan, da Technological University of the Shannon.

## 6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E BONIFICAÇÕES

### 6.1 Critérios de Avaliação

A avaliação tem em conta o mérito do candidato no âmbito dos graus académicos, Classificação curricular e entrevista de avaliação de competências considerando as vertentes e critérios de avaliação, bem como os fatores de ponderação, constantes do presente edital.

As candidaturas consideradas admissíveis serão pontuadas numa escala de 0 a 20 valores em cada um dos seguintes critérios de avaliação: Critério A – Avaliação Curricular (com a ponderação de 50%), Critério B – Carta de motivação (com a ponderação de 5%), Critério C – Entrevista de seleção (com a ponderação de 45%).

- Critério A – Avaliação Curricular (50%);
    - Subcritério A1 - Classificação dos graus académicos obtidos (50%)
        - Subcritério A1.1 – Classificação obtida na licenciatura (50%)
        - Subcritério A1.2 - Classificação obtida no mestrado (40%)
            - Avaliação obtida na componente curricular (70%)
            - Avaliação obtida na dissertação (30%)
    - Subcritério A2 – Domínio da língua Inglesa (oral e escrita) (20%)
    - Subcritério A3 – Participação em atividades de investigação (30%)
- Critério B - Carta de motivação (5%);

- Critério C – Entrevista de seleção (45%)

  - Subcritério C1 – Motivação e interesse (20%)
  - Subcritério C2 – Capacidade de expressão, argumentação e fluência verbal (20%)
  - Subcritério C3 –Sentido de trabalho em equipa (20%)
  - Subcritério C4 – Compatibilidade com o perfil do posto de trabalho (40%)

A entrevista será valorada através dos seguintes níveis classificativos

| Classificação Qualitativa | Classificação Quantitativa |
|---|---|
| Insuficiente | 4 |
| Reduzido | 8 |
| Suficiente | 12 |
| Bom | 16 |
| Elevado | 20 |

Para efeitos da decisão sobre a concessão de bolsas, os candidatos serão ordenados de acordo com a média ponderada da classificação obtida em cada um dos três critérios, traduzida pela seguinte fórmula:

$$\boldsymbol{Classificação\ Final} = (\mathbf{0.5} \times \boldsymbol{A}) + (\mathbf{0.05} \times \boldsymbol{B}) + (\mathbf{0.45} \times \boldsymbol{C})$$

Para efeitos de desempate, a ordenação dos candidatos será efetuada com base nas classificações atribuídas a cada um dos critérios de avaliação pela seguinte ordem de precedência: critério A, critério C, critério B.

**Aviso importante para candidatos com diplomas emitidos por instituições de ensino superior estrangeiras:**

- Os candidatos com diplomas emitidos por instituições de ensino superior estrangeiras podem candidatar-se e serão avaliados com os mesmos critérios que os candidatos com diplomas emitidospor instituições portuguesas, desde que apresentem, em candidatura, prova do reconhecimento dos graus académicos e da conversão da classificação final para a escala de classificação portuguesa nostermos da legislação aplicável.
- Os candidatos com diplomas estrangeiros reconhecidos que não apresentem prova da conversão da classificação final para a escala de classificação portuguesa serão avaliados com a classificação mínima (10 pontos) no critério A.
- Em qualquer caso, os contratos de bolsa com candidatos com diplomas emitidos por instituições estrangeiras só serão celebrados mediante a apresentação da prova de reconhecimento dos graus académicos e conversão da classificação final, conforme acima indicado.

Não são elegíveis para concessão de bolsa os candidatos cuja candidatura seja avaliada com uma classificação final inferior a (10) pontos.

**7. AVALIAÇÃO**

O painel de avaliação dos candidatos é constituído pelos seguintes elementos:

**Efetivos:**

- Professora Doutora Patrícia Rodrigues Quesado da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (coordenador do painel).
- Professora Doutora Maria de Fátima dos Santos David da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico da Guarda.
- Professora Doutora Maria de Lurdes Ribeiro da Silva da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

**Suplentes:**

- Professora Doutora Siobhan Moane da Technological University of Shannon (TUS).
- Professor Doutor José Carlos de Castro Abreu da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

O painel de avaliação apreciará as candidaturas de acordo com os critérios de avaliação constantes do presente Aviso de Abertura de Concurso, ponderando os elementos de apreciação.

Todos os membros de painel, incluindo o coordenador, estabelecem o compromisso de respeitar um conjunto de responsabilidades essenciais ao processo de avaliação, tais como os deveres da imparcialidade, da declaração de quaisquer potenciais situações de conflito de interesses e da confidencialidade. Em todos os momentos do processo de avaliação, a confidencialidade é totalmente protegida e assegurada de modo a garantir a independência de todos os pareceres produzidos.

Para cada candidatura será produzida, pelo painel, uma ficha de avaliação final onde de forma clara, coerente e consistente sejam apresentados os argumentos que conduziram às classificações atribuídas a cada um dos critérios e subcritérios de avaliação.

Das reuniões do painel de avaliação será produzida ata da responsabilidade de todos os seus membros.

A ata e os seus anexos devem incluir, obrigatoriamente, a seguinte informação:

- Nome e afiliação de todos os membros do painel de avaliação;
- Identificação de todas as candidaturas excluídas e respetiva fundamentação;
- Metodologia adotada pelo painel para casos considerados particulares;
- Fichas de Avaliação Final de cada candidato;

- Lista provisória de classificação e seriação dos candidatos, por ordem decrescente da classificaçãofinal, de todas as candidaturas avaliadas pelo painel;
- Declarações de CDI de todos os membros do painel;
- Eventuais delegações de voto e competências por motivo de ausência justificada.

**8. DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS**

Os resultados da avaliação são comunicados via e-mail para o endereço de correio eletrónico utilizado pelo candidato para remessa da candidatura/indicado na candidatura.

**9. PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, RECLAMAÇÃO E RECURSO**

Após comunicação da lista provisória dos resultados da avaliação, os candidatos dispõem de um período de 10 dias úteis para, querendo, se pronunciarem em sede de audiência prévia de interessados, nos termos dos artigos 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

A decisão final será proferida após a análise das pronúncias apresentadas em sede de audiência prévia de interessados. Da decisão final pode ser interposta reclamação no prazo de 15 dias úteis, ou, em alternativa, interposto recurso no prazo de 30 dias úteis, ambos contados a partir da respetiva notificação. Os candidatos que optarem por submeter reclamação devem dirigir a sua pronúncia ao membro do Conselho Diretivo da FCT com competência delegada. Os candidatos que optarem por apresentar recurso devem dirigir o mesmo ao Conselho Diretivo da FCT.

**10. REQUISITOS DE CONCESSÃO DE BOLSA**

Os contratos de bolsa de investigação são celebrados diretamente com a FCT.

Os seguintes documentos terão de ser obrigatoriamente remetidos, aquando da eventual concessão da bolsa, para efeitos da sua contratualização:

a) Cópia do(s) documento(s) de identificação civil, fiscal e, quando aplicável, de Segurança Social[1];

b) Cópia dos certificados de habilitações dos graus académicos detidos;

c) Apresentação do registo de reconhecimento dos graus académicos estrangeiros e conversão dasrespetivas classificações finais para a escala de classificação portuguesa, caso aplicável;

d) Plano de trabalhos;

e) Documento comprovativo de matrícula e inscrição num dos Programas de Doutoramento identificadosno presente Aviso;

[1] A disponibilização destes documentos pode ser substituída, por opção do candidato, pela apresentação presencial na entidade financiadora, a qual guardará os elementos constantes dos mesmos que sejam pertinentes para a validade e execução do contrato, incluindo os números de identificação civil, fiscal e de segurança social, bem como a validade dos respetivos documentos.

f) Declaração do(s) orientador(es) assumindo a responsabilidade pela supervisão do plano de trabalhos, nos termos do artigo 5.º-A do Estatuto do Bolseiro de Investigação (minuta da declaração a disponibilizar pela FCT);

g) Documento comprovativo de aceitação do candidato por parte da instituição onde decorrerão as atividades de investigação, garantindo as condições necessárias ao seu bom desenvolvimento, bem como o cumprimento dos deveres previstos no artigo 13.º do Estatuto do Bolseiro de Investigação (minuta da declaração a disponibilizar pela FCT);

h) Documento atualizado comprovativo do cumprimento do regime de dedicação exclusiva (minuta da declaração a disponibilizar pela FCT);

A concessão da bolsa encontra-se ainda dependente:

- do cumprimento dos requisitos previstos no presente Aviso de Abertura;
- do resultado da avaliação;
- da inexistência de incumprimento injustificado dos deveres do bolseiro no âmbito de anteriorcontrato de bolsa financiada, direta ou indiretamente, pela FCT;
- da disponibilidade orçamental da FCT.

A falta de entrega de algum dos documentos necessários para completar o processo de contratualização da bolsa, no prazo de 6 meses a partir da data de comunicação da decisão de concessão condicional da bolsa, implica a caducidade da referida concessão e o encerramento do processo.

## 11. FINANCIAMENTO

O pagamento das bolsas terá início após a devolução, pelos candidatos, do contrato de bolsa devidamente assinado, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 15 dias úteis contados a partir da data do seu recebimento.

As bolsas atribuídas no âmbito do presente concurso serão financiadas pela FCT com verbas do Orçamento de Estado e, quando elegíveis, com verbas do Fundo Social Europeu, através do Programa Demografia, Qualificações e Inclusão (PDQI), de acordo com as disposições regulamentares fixadas para o efeito.

## 12. COMPONENTES DA BOLSA

Aos bolseiros é atribuído um subsídio mensal de manutenção nos termos da tabela constante do Anexo I do RBI.

A bolsa pode ainda incluir outras componentes, nos termos que constam do artigo 18º do RBI e pelos valores previstos no seu Anexo II.

Todos os bolseiros beneficiam de um seguro de acidentes pessoais relativamente às atividades de investigação, suportado pela FCT.

Todos os bolseiros que não se encontrem abrangidos por qualquer regime de proteção social podem assegurar o exercício do direito à segurança social mediante adesão ao regime do seguro social voluntário, nos termos do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de

Segurança Social, assegurandoa FCT os encargos resultantes das contribuições nos termos e com os limites previstos no artigo 10º do EBI.

**13. PAGAMENTOS DAS COMPONENTES DA BOLSA**

Os pagamentos devidos ao bolseiro são efetuados através de transferência bancária para a conta por esteidentificada. O pagamento do subsídio mensal de manutenção é efetuado no primeiro dia útil de cada mês.

Os pagamentos das componentes de inscrições, matrículas ou propinas são efetuados pela FCT diretamenteà instituição nacional onde o bolseiro esteja inscrito ou matriculado no doutoramento.

**14. TERMOS E CONDIÇÕES DE RENOVAÇÃO DA BOLSA**

A renovação da bolsa depende sempre de pedido apresentado pelo bolseiro, nos 60 dias úteis anteriores àdata de início da renovação, acompanhado dos seguintes documentos:

a) pareceres emitidos pelo/s orientador/es e pela/s entidade/s de acolhimento sobre o acompanhamentodos trabalhos do bolseiro e a avaliação das suas atividades;

b) documento atualizado comprovativo do cumprimento do regime de dedicação exclusiva;

c) documento comprovativo de renovação da inscrição no ciclo de estudos conducente ao grau de doutor.

**15. INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE DO FINANCIAMENTO CONCEDIDO**

Em todas as atividades de I&D direta ou indiretamente financiadas pela bolsa, nomeadamente, em todas as comunicações, publicações e criações científicas, bem como teses, realizadas com os apoios previstos nabolsa, deve ser expressa a menção de apoio financeiro da FCT e do Fundo Social Europeu, através, nomeadamente, do Programa Demografia, Qualificações e Inclusão (PDQI). Para este efeito devem ser inscritos nos documentos referentes a estas ações as insígnias da FCT, do MCTES, do FSE e da UE, conforme as normas gráficas do programa comunitário de apoio.

A divulgação de resultados da investigação financiada ao abrigo do RBI deve obedecer às normas de acessoaberto de dados, publicações e outros resultados da investigação em vigor na FCT.

Em todas as bolsas, e em particular no caso de ações apoiadas por financiamento comunitário, designadamente do FSE, poderão ser realizadas ações de acompanhamento e controlo por parte de organismos nacionais e comunitários conforme legislação aplicável nesta matéria, existindo por parte dos bolseiros apoiados a obrigatoriedade de colaboração e de prestação da informação solicitada, a qual abrange a realização de inquéritos e estudos de avaliação nesta área, ainda que a bolsa já tenha cessado.

## 16. POLÍTICA DE NÃO DISCRIMINAÇÃO E DE IGUALDADE DE ACESSO

A FCT promove uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

## 17. LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

O Concurso rege-se pelo presente Aviso de Abertura, pelo Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT, aprovado pelo Regulamento nº 950/2019, publicado na II Série do DR de 16 de dezembro de 2019, pelo Estatuto do Bolseiro de Investigação aprovado pela Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto, na redação em vigor,e pela demais legislação nacional e comunitária aplicável.